

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

ISADORA WEFFORT ALMEIDA

Cultura verde: a sustentabilidade nas organizações sob a ótica das novas relações entre
humano e não humano

São Paulo
2024

ISADORA WEFFORT ALMEIDA

Cultura verde: a sustentabilidade nas organizações sob a ótica das novas relações entre humano e não humano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Massimo Di Felice

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Almeida, Isadora Weffort

Cultura verde: a sustentabilidade nas organizações sob a ótica das novas relações entre humano e não humano / Isadora Weffort Almeida; orientador, Massimo Di Felice. - São Paulo, 2024. 35 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo. Bibliografia

1. Capitaloceno. 2. Teoria de Gaia. 3. Contrato Natural. 4. Cidadania Digital. 5. Sustentabilidade. I. Felice, Massimo Di . II. Título.

659.2

CDD 21.ed. -

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Almeida, Isadora Weffort

Título: Cultura verde: A sustentabilidade nas organizações sob a ótica das novas relações entre humano e não humano.

Trabalho de conclusão de curso em Relações Públicas apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Nome: _____
Instituição: _____

Nome: _____
Instituição: _____

Nome: _____
Instituição: _____

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a visão do Homem em relação à Natureza e os impactos das ações do ser humano no Antropoceno, ou Capitaloceno, por meio de teorias contemporâneas que revisam a função do Homem dentro do Planeta Terra. Além disso, sob a ótica de conceitos como a Teoria de Gaia, o Contrato Natural e a Cidadania Digital, o texto apresenta a Economia Circular como forma de produção mais sustentável e aponta a urgência das ações para a revolução cultural, não só pelo cenário global, mas também estrategicamente pensando na reputação das organizações.

Palavras-chave: Capitaloceno; Teoria de Gaia; Contrato Natural; Cidadania Digital; Sustentabilidade; Reputação; Economia Circular.

ABSTRACT

The aim of this work is to present the human perspective on nature and the impacts of human actions in the Anthropocene, or Capitalocene, through contemporary theories that reassess humanity's role within Planet Earth. Additionally, from the perspective of concepts such as the Gaia Theory, the Natural Contract, and Digital Citizenship, the project introduces Circular Economy as a more sustainable production approach and highlights the urgency of taking actions for cultural revolution, not only considering the global scenario but also strategically thinking about organizational reputation.

Key words: Capitalocene; Gaia's Theory; Natural Contract; Digital Citizenship; Sustainability; Reputation; Circular Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tendência dos ecossistemas terrestres.....	13
Figura 2: Tendência socioeconômica.....	13
Figura 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	21
Figura 4: Modelo da Economia Circular.....	27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A NATUREZA E A AÇÃO DO HOMEM.....	10
1.1 O ANTROPOCENO.....	11
1.2 CAPITALOCENO.....	14
2. A RELAÇÃO HUMANO E NÃO HUMANO.....	15
2.1 A TEORIA DE GAIA.....	17
2.2 A ECOLOGIA NO MUNDO DIGITAL.....	20
3. AS ORGANIZAÇÕES E A SUSTENTABILIDADE.....	21
3.1 AS REDES INTERLIGADAS E A REPUTAÇÃO ORGANIZACIONAL.....	23
3.2 A “ESPAÇONAVE GAIA” E A ECONOMIA REGENERATIVA.....	25
CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

INTRODUÇÃO

A relação do pensamento humano e sua visão da natureza se dá desde os primórdios da filosofia até os dias atuais. Os mitos surgiram como mecanismos para trazer respostas aos questionamentos humanos em relação aos fenômenos naturais e, a partir disso, a Natureza passou a ser vista como fundamental para o desenvolvimento humano da época. Foi a partir dos estudos de Sócrates e Platão que a razão passou a ser entendida pela perspectiva antropocêntrica, voltada para o Homem, que se tornou o detentor do conhecimento e do poder sobre todos os outros seres do Planeta Terra.

A visão antropocêntrica do mundo permitiu a expansão do Homem sobre a Natureza sem ser responsabilizado pelas suas ações e impactos, o que ficou conhecido como o Antropoceno e, depois, em maiores camadas, como o Capitaloceno. A partir da Revolução industrial que se deu a “Grande Aceleração” dos meios de produção e da sociedade, aumentando ainda mais os impactos negativos e a expansão do ser humano pelo Planeta Terra. Diante disso, diversos estudos e teorias, como a Teoria de Gaia, apresentado por Lovelock (2020) e o conceito de Contrato Natural de Serres (1990) surgem na tentativa de romper com o contrato social hoje vigente, visando a mudança cultural das relações entre Humano e não Humano e as formas de interação e visão da Natureza, para que seja possível preservar o ecossistema do Planeta Terra.

Sabe-se que, apesar da preservação do meio ambiente ser um assunto em alta entre os governos e a população, ainda existe uma barreira para sua implementação, já que muitos acordos e objetivos definidos em conferências ambientais não têm sua implementação obrigatória e as práticas sustentáveis não são vistas como lucrativas pelas organizações. No entanto, as práticas sustentáveis são cada vez mais visadas no mercado pelos consumidores e *stakeholders*.

Com o surgimento da internet, despertou-se também o que se chama de Cidadania Digital, conceito apresentado por Di Felice (2021), que permitiu uma revolução na relação entre os indivíduos e todos os componentes do Planeta Terra, por conta de sua teia infinita de conexões no mundo digital. Diante disso, surgem também reivindicações em prol da preservação do meio ambiente no ambiente digital, implicando em consequências diretas na reputação de imagem das organizações. Por fim, este texto tem como objetivo apresentar a

Economia Regenerativa, a partir das novas relações entre Humano e não Humano como possibilidade de revolução econômica, social e cultural.

1. A NATUREZA E A AÇÃO DO HOMEM

Este tópico destina-se a apresentar os diversos aspectos relacionados à evolução do pensamento humano em relação à Natureza e ao seu impacto no mundo contemporâneo. Iniciando com os primórdios da filosofia, em que os mitos foram utilizados para justificar os acontecimentos naturais, culminando na busca pela razão por parte dos filósofos pré-socráticos, que encontraram na Natureza suas explicações fundamentais. Em seguida, a transição para uma visão antropocêntrica da razão, influenciada por Sócrates e Platão, e como isso moldou a trajetória da humanidade até os dias atuais.

Além disso, serão abordadas as consequências dessa visão voltada para o Homem, que culminaram no surgimento do Antropoceno e suas consequências para o planeta Terra. Também serão discutidas as diversas correntes contemporâneas que buscam promover uma mudança cultural em prol da preservação do meio ambiente, reconhecendo a Natureza como parte integrante e indispensável da vida humana. Por fim, o conceito de "Gaia" e o proposto "contrato natural", como alternativas para redefinir o relacionamento entre a sociedade e o ambiente em que vivemos.

Sabe-se que nos primórdios do pensamento humano, na tentativa de encontrar justificativas para os acontecimentos naturais do Planeta Terra e da vida humana, surge o “mito”. A partir disso, no caminho de encontrar a Razão, por trás das explicações buscadas pelo ser humano, os filósofos pré-socráticos (VII a.C. - V a.C), encontraram na Natureza (ou *Physis*) suas explicações e sua razão. Os diferentes filósofos da época, buscaram em diferentes elementos da natureza respostas para as descobertas de seu cotidiano, mas todos trazem a noção de que “*physis* está associada a alguma coisa que é fundamental e radical (constitui a base e a raiz)” (POLITO,A; SILVA, O, 2013, p. 13). Pode-se afirmar então que a Natureza, estava enraizada na cultura da sociedade da época e tinha impacto e presença muito relevantes nos acontecimentos do cotidiano.

A partir de Sócrates e Platão (c.428-347 a.C.), período em que a filosofia passa a entender a razão com foco no Homem e, desse modo, ao longo da história a humanidade se desenvolve tecnológica e intelectualmente e, a partir do século XVIII, com a revolução industrial, torna-se ativamente o “conquistador” dos mundos. Assim, dá-se início ao Antropoceno - que no próximo capítulo será melhor elaborado - que tem todo o pensamento e

consciência do homem voltados para um visão de sociedade que exclui todos os seres vivos e não-vivos que não sejam intelectualmente pensantes como o Homem.

O Planeta Terra, cada vez mais, vem se deteriorando por conta da ação do homem, e por conta disso, diversas vertentes que buscam para além de conscientizar, provocar uma mudança cultural na sociedade, surgem como defesa do Globo. A tentativa é, nada mais, do que entender a Natureza como parte da vida humana e dar a sua devida importância, como faziam os pré-socráticos; para Latour, “a natureza é o que está estabelecida; o mundo, o que vem” (LATOURE, 2020, p.151).

Assim, a visão atual do homem que é individualista, motivada pela autoconsciência e pelo lucro, põe em risco todo o ecossistema em que vivemos. O Antropoceno, ou Capitaloceno, na escala em que se apresenta, e na velocidade em que se desenvolve, tornará inabitável o planeta para a vida, portanto, a mudança de cultura social e econômica torna-se cada vez mais urgente e necessária. O entendimento do Planeta Terra como “Gaia” - que veremos mais adiante - é de extrema importância para acontecer a mudança do pensamento humano, levando a sociedade para, nos termos de Serres, o “contrato natural”.

1.1 O ANTROPOCENO

A evolução da espécie humana tanto tecnológica quanto intelectual, vem se tornando cada vez mais rápida e expressiva desde a Primeira Revolução Industrial, no século XVIII. Para que tais evoluções ocorressem, fez-se necessária a expansão da presença do ser humano na, então, vasta natureza, a qual deixou de ser considerada moradia e passou a ser vista como “provedora” de matéria prima para o avanço do Homem. A erosão das terras por conta do desmatamento para extração de matéria prima e construção de cidades, o rápido desaparecimento de diversas espécies de animais e plantas e o aquecimento do globo por conta do aumento de emissão de gases que desregulam os ciclos naturais da Terra, são alguns dos fatores que sustentam a ideia de que o homem passa a usufruir do planeta para além de uma morada (Latour, 2020).

Diante disso, é a primeira vez que se pode afirmar que a humanidade como um conjunto é a “força mais importante que molda a Terra”, que nomeou a nova era como Antropoceno, sendo “antropos” os humanos e “ceno” novo (Latour, 2020, p. 182), saindo, assim, do Holoceno - também conhecido como Era Glacial. Assim, a Terra, que antes era

indiferente à presença humana, agora passa a desenvolver uma sensibilidade às rápidas mudanças, expansões e evoluções do desenvolvimento do homem.

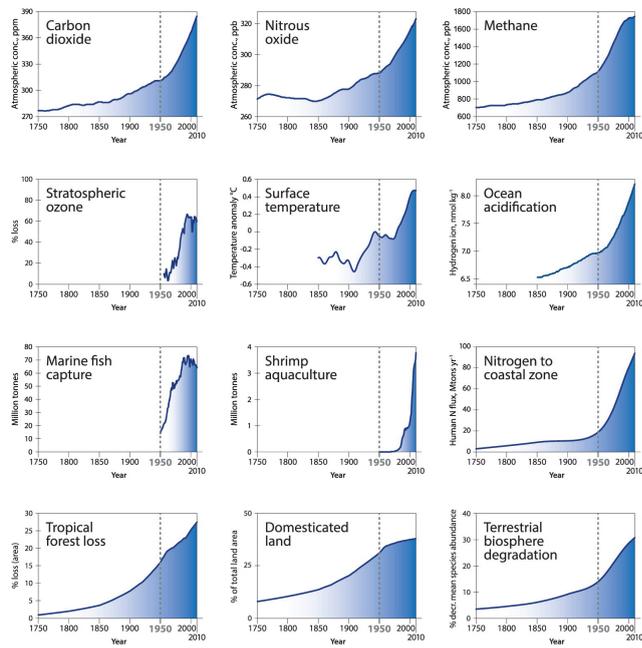
É possível, dentro do que se entende como Antropoceno, observar uma aceleração crescente do impacto das ações do indivíduo sobre o planeta Terra, o qual não consegue acompanhar a velocidade das mudanças por conta do seu tempo geológico - que acontece de maneira lenta em relação à evolução das tecnologias.

A Revolução Industrial, como já foi dito, foi o grande marco do Antropoceno, no entanto, foi no período pós guerra, em 1945, que a “Grande Aceleração” ocorreu, reafirmando o nome dessa nova era (STEFFEN, 2015, apud DELANTY, 2017, p. 378). Foi com a detonação da primeira bomba atômica, em 1945, que se deu por verdadeira a diferença de tempos entre a Terra e o Homem - tempo este que a Terra não é capaz de acompanhar - e o impacto das ações humanas, já que é possível observar “ (...) claras evidências de um pico de Radiocarbono atmosférico registrado em 1964, em anéis de árvores, e que pode ser atribuído a testes nucleares, que vão além da variabilidade natural” (ZALASIEWICZ et alii, 2011 apud DELANTY, 2017, p.378).

Nessa ótica, o impacto do indivíduo sobre o planeta, a partir da Grande Aceleração, passa a ser considerado tão relevante quanto os impactos naturais de rios, vulcões, erosões e abalos sísmicos que moldam física e climaticamente o Planeta Terra (Latour, 2015, p., 190). Tal fato é possível de ser observado, por meio da pesquisa desenvolvida pelo Programa internacional da Geosfera - Biosfera (IGBP), liderado por Will Steffen em 2015, a qual aponta as tendências do ecossistema terrestre, com ênfase à Grande Aceleração a partir de 1945. Na Figura 1, é possível observar que a emissão de gases, a temperatura terrestre, a acidez dos oceanos, o uso da natureza em prol do homem e, por consequência, a degradação da biosfera como um todo entram em uma tendência acelerada; do mesmo modo, a figura 2 apresenta o aumento de índices como crescimento da população, uso de água, meios de transporte e urbanização, em virtude do desenvolvimento da sociedade, a partir de 1945 até os dias atuais:

Figura 1: Tendência dos ecossistemas terrestres

Earth system trends

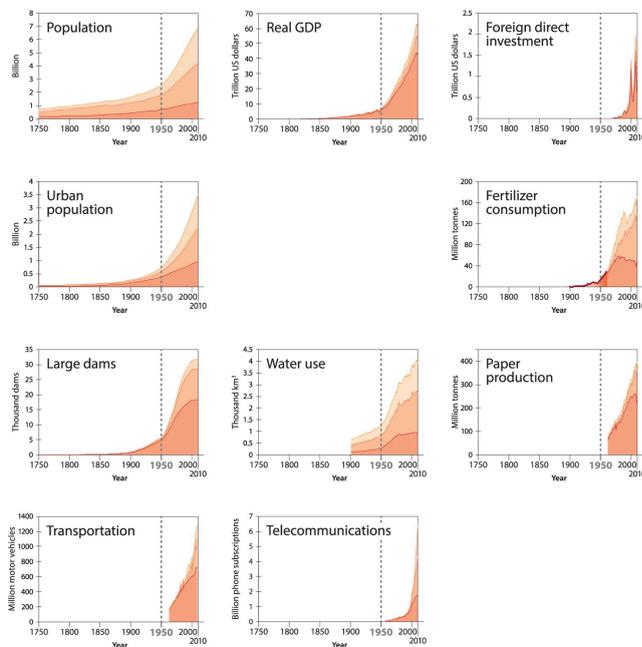


Fonte: The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review.**

Figura 2: Tendência socioeconômica

Socio-economic trends

OECD BRICS Others



Fonte: The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review.**

Assim, a cultura humana e a natureza passam, cada vez mais, a desenvolver uma relação de união e fundição - muitas vezes maléfica ao ecossistema - na qual, a sociedade, a partir do entendimento de seu impacto e poder, reinventa sua noção e compreensão de “espaço e tempo” (DELANTY , 2017, p. 385). O Antropoceno, então, deixa de ser apenas uma era geológica e constitui-se uma “nova noção cultural de sociedade” (STRYDOM, 2017 apud DELANTY, 2017), em que a concepção do “Globo”, ou Planeta Terra, reduz-se rapidamente a uma forma de proteção da vida humana aos “perigos externos” e fonte de matéria para o desenvolvimento humano. É por conta desse novo entendimento do mundo, que Latour sugere a existência de um “Novo Regime Climático” (Latour, 2020, p.200).

No entanto, é fundamental, também, que se enxergue o cenário maior do que é a sociedade humana atualmente, e o sistema econômico capitalista vigente, para que seja possível dimensionar a real responsabilidade do impacto humano sobre o planeta terra.

1.2 CAPITALOCENO

A teoria do antropoceno tem o papel fundamental de apresentar as mudanças aceleradas do Planeta Terra como resultado do desenvolvimento humano, na tentativa de trazer um “responsável” pela crise ecológica que vivemos na atualidade.

Por outro lado, há uma teoria denominada “Capitaloceno”, nome dado pelo geógrafo e historiador Jason Moore, que entende que o Antropoceno traz uma visão “simplista” (DE PAULA,S; DE MELLO, 2020, p..10) do que seria o momento em que vivemos, desconsiderando fatores importantes das relações sociais para o desenvolvimento da sociedade e do sistema capitalista.

O capitalismo traz, pela primeira vez, um sistema de trabalho e produção de bens materiais voltado para um objetivo para além das necessidades do ser humano e da natureza, focado em bens individuais, “o lucro em dinheiro” (FOLADORI, G. 1999).

Dessa perspectiva, surgem todas as formas de desigualdades na sociedade, já que a grande meta de sociedade volta-se para o bem individual: a fome, o desemprego e a periferização da sociedade são algumas das consequências do “novo” sistema econômico. Além disso, o capitalismo, segundo Moore, passou a ver grande lucro na “Natureza Barata” (MOORE, 2022), já que não seria necessária a remuneração do trabalho da natureza e das espécies que não são humanas, contribuindo para a devastação do planeta como um todo e acelerando seu esgotamento.

Assim, Moore enxerga o capitalismo como “uma maneira de organizar a natureza como uma ecologia-mundo multiespécie, situada e capitalista” (MOORE, 2022), ou seja, o capitalismo permite enxergar a natureza como “mão-de-obra”, colocando o Homem acima da força de Gaia e detentor do poder.

A questão a ser estudada pelo Capitaloceno, assim, foca na mudança de pensamento social e econômico para a desindustrialização da “relação com a terra, os oceanos e com os animais” para que seja possível “testemunhar a grandeza da terra” (CRIST, E., 2022) ao invés de seu declínio. Além disso, aborda os fatores apresentados na teoria do antropoceno de maneira mais aprofundada, levando em conta nuances sociais e econômicas como geradoras de impacto, para além de apenas o ser humano.

2. A RELAÇÃO HUMANO E NÃO HUMANO

O objetivo deste tópico é tratar sobre a presença dominante do ser humano sobre o planeta, que redefine a percepção da natureza e seu papel, além da emergência do "mononaturalismo", que desfoca as fronteiras entre o homem e o Globo, e suas consequências para o equilíbrio ecológico global. São abordadas propostas que buscam redefinir a relação entre humano e não-humano em prol da sobrevivência planetária. Por fim, a Teoria de Gaia, que oferece uma visão do planeta como um organismo vivo interconectado, e sua relevância para repensar nossas práticas sociais, econômicas e culturais em busca da sustentabilidade.

O ser humano, no novo regime climático, se expande cada vez mais, e passa a se entender como o “dono” da Biosfera e do Planeta. É notável a presença humana, atualmente nas florestas ainda existentes, no que se entende por civilizações - Estados e Nações - e até nos territórios não habitados por seres humanos, como os oceanos, nos quais estima-se que há aproximadamente 260 mil toneladas de plástico em sua extensão (ERIKSEN, 2014).

Tal “onipresença” do homem permite afirmar o que Latour defende como “mononaturalismo”, ou seja, não existe mais uma distinção clara entre o Globo e o Homem, já que o “papel da natureza” foi reescrito em benefício do desenvolvimento da sociedade (Latour, 2015, p, 194). Assim, a figura do Planeta Terra, diante disso, torna-se cada vez mais obsoleta e irrelevante ao olhar do ser humano. O desaparecimento do conceito de “Globo” torna-se uma questão também de sobrevivência da espécie humana, já que entender o humano como centro e dono de uma esfera flutuante, exclui a necessidade de todos os seres

vivos e componentes do Planeta Terra, que entra em um desequilíbrio insustentável a longo prazo, prejudicando todas as espécies.

A separação entre a Natureza e o ser humano, Segundo Latour é a grande questão da atualidade, já que é inevitável desenvolver a figura de um “superorganismo” (LATOURE, 2020, p; 218) controlado por “forças inexplicáveis”, o que dificulta a racionalização do conceito para o indivíduo e, por consequência, a torna descartável.

Entender a natureza como relevante e como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano significa, também, abrir mão do “poder” consciente que o indivíduo tem na dinâmica atual do Capitaloceno.

Diante disso, a capacidade do ser humano de ser autoconsciente é o que o distingue dos outros animais e o permite evoluir intelectual e tecnologicamente, no entanto, é também o que destrói o “Globo”, no qual habita. Peter Russell apresenta o conceito de “Cérebro Global” (RUSSELL,2006), na tentativa de desenvolver a autoconsciência do ser humano, no papel da reversão dos impactos do Capitaloceno e instigar a necessidade de enxergar a Natureza como indispensável.

A teoria traz como ponto de partida a instância de que a consciência do homem é capaz de se desenvolver ainda mais quando o individualismo é deserdado, sendo possível tomar consciência do “todo”, ou seja, o Globo se torna parte da consciência humana, pois “a crise global que vamos enfrentar é, em sua natureza, uma crise de consciência. A essência de qualquer crise, seja ela pessoal, política ou, nesse caso, uma crise global, é que o antigo jeito de pensar não funciona mais”. (RUSSELL, p. 2006)

A partir do desenvolvimento do “Cérebro Global”, então, é possível se desprender do “mononaturalismo” apresentado por Latour, e, por consequência, reverter o impacto do pensamento individualista do homem em prol da sobrevivência da vida terrestre. No entanto, o conceito difundido por Russell é, na prática, de enorme subjetividade e complexidade para se desenvolver sozinho em uma sociedade que se enxerga apenas composta por indivíduos, e que tem ideias conservadoras e instauradas em relação à visão de Natureza e do mundo.

Na mesma linha de pensamento, que defende a volta do entendimento da Natureza como parte da sociedade, Michel Serres sugere uma nova forma de entender o contrato social apresentado pelo pensamento iluminista no século XVII, que permitiu aos indivíduos se reconhecerem como sociedade e definirem seus direitos sociais e políticos, no entanto essa nova definição de sociedade trouxe, também, um pensamento cada vez mais voltado para o bem-estar individual, se desprendendo da noção de coletivo (LIMA, M.,2012). Na visão de Serres,

Foi o Contrato Social, estabelecido entre os homens, que fez com que estes, ao entrar no coletivo, abandonassem o estado natural para formar a sociedade. Uma descrição histórica do êxodo rural para as cidades, significando que a partir daí os homens esqueceram a natureza (como algo vivo e interligado) tornando-a distante e afastada das cidades. A natureza é reduzida à natureza humana que por sua vez é reduzida à história ou à razão. Isso também aconteceu com o direito natural moderno que, diferentemente do clássico, ignora o mundo e a natureza (SERRES, 1992 apud LIMA, M. 2012).

Diante disso, o autor apresenta então a proposta do “Contrato Natural”, que defende a revisão da função e responsabilidade dos três poderes que atualmente regem a sociedade. Serres, para justificar a inclusão dos “direitos do mundo” faz uma alusão ao tempo dos marinheiros e camponeses, nos quais, dentro da cultura desses povos, era imprescindível respeitar e entender a força e as vontades da natureza para a sobrevivência do ser humano. Serres, aponta, que a forma atual do ser humano de viver é insustentável, já que

Uma espécie viva, como a nossa, consegue excluir todas as outras do seu território agora global: como poderiam estas alimentar-se ou habitar o espaço que cobrimos de imundícies? Se o mundo sujo corre algum perigo, ele advém da nossa exclusiva apropriação das coisas (SERRES, 1990, p.58).

Apesar da extrema relevância e conexão com o mundo atual, as ideias aqui apresentadas ainda são, na prática, pouco aplicáveis, já que existe ainda um enorme espaço para a conscientização do indivíduo antes da revolução cultural buscada pelos autores.

Nessa medida, torna-se necessário o desenvolvimento de um conceito mais palpável ao entendimento do ser humano na sociedade contemporânea, para que seja possível a mudança estrutural da visão de Natureza e do Planeta Terra, ou seja “precisamos de uma ciência unificada que procure descrever e explicar o nosso planeta vivo” (LOVELOCK, 2020, p. 56)

2.1 A TEORIA DE GAIA

O pesquisador e ambientalista James Lovelock, em suas investigações sobre a hipótese da existência de vida em Marte e, por extensão, a possível presença de um ecossistema em geral, em colaboração com a NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço), promoveu uma nova perspectiva sobre a relação entre a Terra e a biosfera.

A partir disso, Lovelock desenvolve a hipótese de que “toda a variedade de matéria viva na Terra, das baleias ao vírus, dos carvalhos às algas, poderia ser encarada como constituindo uma única entidade viva” (LOVELOCK, 2020), dessa forma, a atmosfera se compõe e se modifica de acordo com a necessidade desse conjunto de matéria viva. Assim, entende-se o indivíduo como “parte de um todo maior”, o qual seria o Globo, o Planeta Terra, que é capaz de promover a autorregulação dos químicos e da temperatura de sua atmosfera.

No entanto, sabe-se, a partir da pesquisa de Will Steffen - já mencionada no capítulo anterior, e constatada também nos estudos de Lovelock - que o ser humano foi capaz de alterar a química da superfície terrestre de maneira tão impactante e expressiva, que a Terra sozinha, que já havia passado por diversas eras geológicas e mudanças climáticas, não havia sido capaz de experienciar. Assim, pensando em uma nova cultura, ou no Contrato Natural, Lovelock apresenta a “Teoria de Gaia”, na tentativa de afastar a imagem de Natureza como “uma força primitiva a subjugar e conquistar” e aponta que o destino da vida terrestre não depende apenas das ações em prol do indivíduo, mas sim das ações em prol do Planeta como um todo (LOVELOCK, 2020).

A teoria teve seu nome inspirado na deusa da mitologia grega “Gaia”, que significa “Mãe-Terra”, a força que criou todos os deuses; no entanto a Teoria de Gaia não é uma tentativa de criar a ideia de que existe uma figura etérea que controla a vida do Planeta Terra. A hipótese, nada mais é do que entender Gaia como “toda superfície da Terra, incluindo a vida” (LOVELOCK, 2020), ou seja, é um “superorganismo” capaz da homeostase, definida por Latour (2020) como a capacidade do organismo de se manter constante. Tal fato é possível ser afirmado, pois segundo estudos feito por Lovelock, se a Terra fosse apenas uma objeto inanimado, sem capacidade de autorregulação, a temperatura de sua superfície mudaria de acordo com as mudanças de energia liberadas pelo Sol (LOVELOCK, 2020).

Gaia, dessa maneira, tem um papel fundamental como figura e como objetivo maior para a ecologia, trazendo ao entendimento humano o fato de que o Homem tornou-se “inadvertidamente a doença de Gaia” (LATOURE, 2020, p.146). Para sustentar tal afirmação, demasiado controversa, Latour faz uma alusão à Teoria de Gaia com os micróbios de Louis Pasteur, afirmando que a ciência não se expande apenas de novas descobertas, mas também, da revisão de paradigmas e da razão. Pasteur, na descoberta dos micróbios, foi capaz de desbancar a teoria da geração espontânea, trazendo novos componentes para a equação dos estudos científicos; entretanto, apesar de ter representado um grande avanço para a ciência da época, o cientista, inicialmente, recebeu enorme repressão e crítica ao propor tal teoria.

Nesse sentido, a Teoria de Gaia, em paralelo aos micróbios de Pasteur, defende que “o comportamento da Terra é inexplicável sem a adição do trabalho realizado pelos organismos vivos” ou seja, é pela existência de diversos organismos vivos que se dá o equilíbrio entre toda a biosfera terrestre. No entanto, Gaia tem a capacidade de reagir às mudanças em prol da sua sobrevivência como um todo, mas, pode não significar, necessariamente, a sobrevivência da espécie humana. O novo regime climático, como apresentado por Latour, na visão de Lovelock, seria Gaia reagindo aos diversos integrantes da Terra - mas como vimos, o ser humano tem, atualmente, o maior impacto sobre as mudanças geológicas e químicas - tentando sobreviver. O aquecimento global, então, aos olhos de Lovelock, nada mais é do que Gaia adoecida, tentando batalhar “microorganismos” intrusos e maléficos que seria a espécie humana.

A ciência, em sua totalidade, afirma que o ser humano já é capaz de modificar ao seu favor o ambiente terrestre como um todo. A teoria darwinista da seleção natural, há muitos anos, já defende o mote da sobrevivência do mais forte, no entanto, na extensão que o ser humano é capaz de chegar para sua sobrevivência, torna o equilíbrio e a otimização da sobrevivência das outras espécies “impossível” (LATOURE, 2020). Assim, a ideia de que Gaia, em defesa do equilíbrio de todas as partes que a compõe, reagiria ao impacto humano, se faz, cada vez mais verdadeira, já que Gaia é, também, na visão de Lovelock, um organismo vivo que, pela visão darwinista, estaria lutando pela “sobrevivência do mais forte”.

As grandes críticas à Teoria, advém de um entendimento de Gaia como um ser “com alma”, animado e etéreo, o que já foi citado como não ser o objetivo do autor. O ponto de Lovelock, segundo Latour, é criar a consciência de que Gaia, essa nova figura do Globo, está “inteiramente aqui-embaixo”, ou seja, para estudarmos a Terra e todas as suas características, é necessário “olhar para Terra” (LATOURE, 2020. P. 145), já que muitos pesquisadores da modernidade - Lovelock incluso - passaram a buscar respostas para fora do Planeta, como em Marte, por exemplo.

Para além disso, o grande desafio da hipótese desenvolvida por Lovelock é entender a função das “partes”, todos os componentes da biosfera, sem criar a noção de uma totalidade real, ou um líder éter. Para Latour, Gaia - apesar de carregar o nome de uma força tão poderosa, que foi também, na mitologia grega, uma figura de violência e contradição - é o “antissistema” (LATOURE, 2020, p.146), sendo assim, a Figura exata para a disrupção da cultura atual, voltada para o Contrato Social, para os indivíduos e para o capitalismo.

2. 2 A ECOLOGIA NO MUNDO DIGITAL

Os conceitos de Gaia, Contrato natural e Cérebro global buscam pelo entendimento de uma rede interconectada da natureza, dos animais e do ser humano pela sociedade, para que seja possível a restauração do equilíbrio da vida.

Fato é que, com o advento da tecnologia, a globalização e o surgimento da internet, a “teia” da vida se torna existente nas redes. Cada vez mais é possível observar o surgimento de movimentos e reivindicações em prol da natureza e ecologia, assim a natureza como um todo ganha um novo papel de representatividade no mundo digital, já que está presente na coletividade “mas com seus representantes, os cientistas que falam em seu nome” (LATOURE, 1991, apud DI FELICE, 2021).

Desenvolvendo ainda mais as relações interconectadas, com o armazenamento de dados e o algoritmo, é possível que a interação entre humano e natureza seja ainda mais complexa, já que ambos são igualados no âmbito dos dados. Assim, essa nova arquitetura de informações permite que, segundo Di Felice, “as florestas, os rios, o clima, os ursos polares, por meio dos sensores e dos dados, ganhem voz própria, superando a função mediadora do porta-vozes humanos” (DI FELICE, 2021, p. 73). A partir da nova função da natureza em uma cidadania digital interconectada surge, ainda mais, a necessidade de se pensar de forma integrada, em rede; como pensar pela visão de Gaia.

Entender a Teoria de Gaia, o contrato social, a nova cidadania digital e, até, o cérebro global no mundo atual consiste, também, em mudar a visão de entendimento de economia, capitalismo e globalização hoje em vigor. Muitas vezes, na tentativa de abraçar “a primeira Natureza, a segunda Natureza da Economia impõe sua gaiola de ferro mais estreitamente do que nunca” (LATOURE, 2020, p.176), ou seja, existe ainda um grande obstáculo para que a sociedade consiga entender e aceitar a Natureza para além dos olhos individualistas do mercado. Como, então, é possível abrir os braços para Gaia se “hoje, parece mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?” (JAMESON, F., apud LATOURE, 2020); mas, para além disso, como inserir Gaia socialmente na época do Capitaloceno, para que ela também faça parte da economia mundial e seja benéfica, produtiva e lucrativa? Como reconhecer os rios, a floresta, o clima e todos os outros componentes da natureza como agentes do equilíbrio e da preservação do mundo em que vivemos?

3. AS ORGANIZAÇÕES E A SUSTENTABILIDADE

Atualmente, já existem diversas discussões governamentais, em âmbito global, como a Conferência das Partes (COPs) e a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, que abordaram temas como clima e desenvolvimento sustentável. Estes encontros geralmente resultam em tratados ambientais, buscando definir políticas e objetivos voltados para a preservação do Planeta Terra. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, definiu 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) mundial - Figura 3 - os quais

conclamaram nações desenvolvidas e em desenvolvimento, instituições e organizações (governamentais e não governamentais), empresas privadas, academia, mídia e sociedade civil para agir em seus países de origem e em prol dos demais para conquistar os denominados 5 Ps da nova agenda: a) pessoas; b) planeta; c) parcerias; d) prosperidade; e d) paz (OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. 2016, p.120).

Figura 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: GT Agenda 2030 <<https://gtagenda2030.org.br/ods/>>. Acesso em: 04/2024

Tais acordos e objetivos geralmente têm como representantes o Estado que, a partir das conferências, deve desenvolver leis de incentivo para os seus respectivos países. A ideia por trás das conferências é de extrema importância para a conscientização global e, por

consequência, para a sobrevivência de Gaia; no entanto, não são de implementação obrigatória por lei, dificultando o seu cumprimento. Outra barreira importante para a implementação de novas políticas pensadas na sustentabilidade e preservação do meio ambiente é o fato de que as relações entre Humano e Gaia ainda estão focadas no lucro e desenvolvimento social do indivíduo.

No regime econômico atual é de extrema complexidade implementar leis que, na visão das grandes empresas, resultariam na redução da lucratividade e do desenvolvimento da economia. Porém, sabe-se que implementar práticas sustentáveis nas organizações já é visto “como oportunidades de proporções potencialmente surpreendentes” quando pensadas de formas inovativas e estratégicas (HART, 1997). Além de impactar positivamente o equilíbrio do Planeta Terra e a sobrevivência da espécie humana, adotar práticas sustentáveis de maneira integrada nas organizações impacta, também, na imagem e reputação organizacional. No entanto, para a implementação de novas tecnologias e produções mais sustentáveis é necessário entender o conceito de Gaia e considerar a natureza como componente essencial e interligado à vida humana.

Quando se fala de sustentabilidade nas organizações, fazendo um paralelo com a Teoria de Gaia, é imprescindível entender as práticas sustentáveis como parte interligada na estratégia organizacional, assim como entender todos os componentes do ecossistema planetário como interdependentes e simbióticos. Para Ricardo Voltolini, professor e pesquisador na área da sustentabilidade,

as empresas precisarão compreender que as questões ligadas ao universo conceitual da sustentabilidade, potencialmente críticas, não poderão mais ser responsabilidade exclusiva de um departamento, nem reféns de uma lógica de atividades suplementares a se cumprir, mas sim, de cada um dos seus líderes, orientando todas as decisões de negócio, das mais simples às mais complexas (VOLTOLINI, R. 2018).

Diante disso, só se torna praticável a implementação de políticas e mudanças sustentáveis, se a crença no conceito e nos impactos das mesmas estiverem enraizadas culturalmente na organização. Além disso, o entendimento da economia de que os recursos que existem no Planeta Terra são infinitos, deve ser alterado para outras formas de economias que permitam a restauração dos ciclos do ecossistema; os quais mantêm o equilíbrio planetário. Assim, a sustentabilidade é “uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo

o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica” (LEFF, 2010, p.31 apud ELY, 2012, P. 98).

Nos tópicos a seguir, serão abordados estudos sobre teorias da sustentabilidade que enxergam a natureza como interligada no desenvolvimento econômico, os desdobramentos do surgimento das redes interligadas e seus impactos na reputação organizacional e a importância de aplicar práticas sustentáveis de maneira estratégica e constante para a imagem de uma organização.

3.1 AS REDES INTERLIGADAS E A REPUTAÇÃO ORGANIZACIONAL

Com o advento da internet e o surgimento das redes sociais, a comunicação entre as pessoas, países e todos os componentes do nosso ecossistema tornou-se mais rápida e dinâmica. A conectividade da internet, o fluxo constante e intenso de informações e a

ausência de limites sobre temas e o caráter de livre trânsito quanto às formas de interação permitem que indivíduos portadores de perfis totalmente distintos, inclusive no que tange a fatores ideológicos, sociais e econômicos, estejam articulados no mesmo ambiente virtual, simultaneamente (ELY, 2012, p. 92).

Diante disso, o compartilhamento de opiniões pessoais e a troca e debates entre indivíduos de diferentes ideias, permite que sejam feitas milhares de conexões sobre assuntos diferentes, desenvolvendo assim comunidades de diversos assuntos e crenças.

As reivindicações em prol da defesa da natureza e do meio ambiente vêm se intensificando com a cidadania digital, que permite trazer constantemente debates sobre a preservação das entidades “info-orgânicas” (DI FELICE, 2021, p. 74) e da natureza como um todo, em um ambiente digital interligado. Essa nova Teia de relações possibilita o acesso aos dados e às informações para além da comunidade de cientistas e estudiosos da área, educando a sociedade como um todo da situação do Planeta Terra e de todos os seus componentes, assim como a previsão crítica para o futuro. Nesse sentido, atualmente

Influenciadores ao redor do mundo — incluindo figuras políticas, celebridades e líderes religiosos — estão utilizando suas plataformas para amplificar questões relacionadas à natureza, com mensagens alcançando uma audiência combinada de quase 1 bilhão de pessoas em todo o mundo (KERLE, A.; STEWART, K, 2021).

Com base na citação precedente, a opinião pública digital, cada vez mais interligada, pede por uma mudança de pensamento das organizações, que têm grande impacto no meio ambiente em seus meios de produção, além da revisão da cultura e economia vigentes. Assim, surge a preocupação reputacional de empresas que não adotam práticas sustentáveis, por conta das reivindicações no âmbito digital.

A reputação de uma organização se torna positiva e, por consequência, lucrativa quando “quando há alinhamento entre os valores do stakeholder e a imagem corporativa percebida” (DOWLING 2001, apud VANCE; ANGELO, 2007, p. 96), portanto, é fundamental que sejam considerados como *stakeholders* estratégicos os eco-ativistas digitais e as entidades info-orgânicas, para que seja possível sustentar uma relação reputacional positiva e prevenir crises de imagem. A visão em prol do meio ambiente e o relacionamento com os *stakeholders* permite às organizações que possuem práticas sustentáveis a consolidação do relacionamento com seus públicos-alvo, permitindo a criação de comunidade e, por consequência, a fidelização dos consumidores e o aumento do lucro, pois

se o consumidor apoia o princípio de que uma empresa que tem responsabilidades sociais para além da maximização do lucro, mais forte poderá ser a influência das associações ao ativismo na avaliação global que os consumidores fazem da empresa e mais forte poderá ser a identificação do consumidor com a própria marca (CRESPO; INÁCIO, 2019 apud COLMEIRO, 2024, p.9).

A comunicação tem papel fundamental na construção do relacionamento com os *stakeholders*, já que é por meio dela que é possível educar os públicos sobre as ações e práticas sustentáveis e sociais praticadas pela organização e pela marca. No entanto, é necessário cautela e veracidade nas informações a serem comunicadas, pois há um risco existente de “levar o aspeto do ativismo demasiado longe e arriscar-se a não conectar com o público e a serem vistas como um truque de marketing” (SHETTY, 2019 apud COLMEIRO, 2024, p. 12), prejudicando a reputação da marca ou organização. Assim, é necessária uma forma de economia que traga em sua essência a sustentabilidade como sua essência e estratégia, buscando integrar o ser humano como parte de Gaia, para que seja possível aplicá-las de formas práticas e aplicáveis; ao invés da economia vigente voltada exclusivamente para o lucro.

3.2 A “ESPAÇONAVE GAIA” E A ECONOMIA REGENERATIVA

O Espaço é fonte de muitas dúvidas e curiosidades entre os cientistas da atualidade, incessáveis pesquisas sobre outros planetas são conduzidas na tentativa de expandir a presença humana para além do Globo Terrestre. A busca por uma nova morada e novas “matérias primas” move o desenvolvimento tecnológico aceleradamente, visando o lucro e a expansão do poder do Homem. Fato é que, como já apresentado posteriormente, é necessário estudar e prestigiar o único planeta que permite a sobrevivência humana, o Planeta Terra, para prevenir a extinção da mesma.

O economista Kenneth Boulding (1966), constata em sua teoria da “economia do astronauta”, que é necessário entender o Planeta Terra como uma espaçonave fechada para o mundo exterior, na tentativa de conscientizar o indivíduo de que as matérias primas e o recursos de Gaia, são finitos. O economista entende que o “sucesso da economia não é a produção e o consumo, mas sim a natureza, extensão, qualidade e complexidade do estoque total de capital, incluindo nisso o estado dos corpos humanos e mentes incluídos no sistema” (Boulding, 1966, p.8), ou seja, a cultura e a visão da economia devem ter como objetivo maior a manutenção do ecossistema terrestre e de todos os “recursos” que permitem o equilíbrio natural de Gaia, além da expansão da vida útil de todos os produtos do mercado.

A partir da Globalização “o padrão de consumo americano passou a ser o padrão de consumo mundial e um padrão ideal a ser alcançado pelos países menos desenvolvidos” (ROSSINI, V; NASPOLINI, S, p.56), por conta disso, como apresentado no tópico do Capitaloceno, a economia e a sociedade, atualmente, são motivadas pelo consumo exagerado e a aquisição de bens e serviços em grande escala. O consumismo exacerbado permite o surgimento do que se chama de “obsolescência programada”, prática benéfica às organizações e que incentiva ainda mais o consumo, pois

A alta rotatividade dos produtos aumenta a lucratividade. Consume-se mais e em ritmo cada vez mais rápido. Consumir, ou melhor, hiperconsumir, já faz parte do estilo de vida ou é o ideal a ser alcançado, porque é necessário estar “na moda” porque “todo (o) mundo usa ou tem (ROSSINI, V; NASPOLINI, S, p.58).

A Economia Regenerativa, também chamada de Economia Circular busca, em linha com a teoria da economia do astronauta, desbancar a ideia de consumo exagerado presente na economia atual, reforçando que as matérias primas da Terra e a Natureza são finitas; mas imprescindíveis para a sobrevivência humana. A visão dessa nova forma de Economia tem

sua origem nas simples normas de reciclagem de materiais, também conhecidas pelo conceito dos 4 “Rs”: redução, reparo, reutilização e reciclagem (BUGAIAN.; DIACONU, 2020) que em alguns casos já vem sendo praticada em escalas menores, como a reciclagem de resíduos pessoais. Diante disso,

A transição para uma Economia Circular visa proliferar essas normas estabelecidas de reutilização, reparo, renovação e reciclagem de materiais e produtos, bem como 'incorporar' uma maior longevidade e capacidade de reparo dos produtos desde o início. Como tal, os resíduos são reavaliados e transformados em recursos, e os produtos são conscientemente (re)projetados para criar um fluxo de materiais que mantenha o valor agregado pelo maior tempo possível (EC, 2014 apud HOBSON, K.; LYNCH, N, 2016, p. 4).

Existem diversos estudos e teorias em torno da Economia Regenerativa, no entanto, nos estudos de Bugaian e Diaconu (2020) foi constatado que todas as vertentes da Economia Circular se voltam, essencialmente, para cinco princípios básicos. O primeiro princípio é voltado para a Sustentabilidade dos Recursos, que busca o uso de energia e materiais renováveis, focando no ciclo de vida natural dos elementos, além da prática de reciclagem para o processo de produção. O segundo princípio constata que na economia não linear não existe desperdício, já que todo material produzido deve ser desmembrado e reciclado para que possam ser produzidos novos materiais.

O terceiro e o quarto princípio buscam a otimização dos processos circulares, para acelerá-los e torná-los mais eficientes e instaurados nos processos industriais; só assim é possível sustentar o sistema circular. Por fim, o quinto princípio afirma que a diversidade significa poder, ou seja, ter produtos diversificados e consolidados no mercado, permite que o processo de reutilização circular funcione de forma mais fluida e eficiente, já que existirão diversos tipos de materiais para serem reciclados.

Atualmente, “no mundo menos de 10% da economia é do tipo “circular”, se consome mundialmente aproximadamente 100 bilhões de toneladas de matérias primas por ano” (MACHADO, A; RICHTER, M; FIGUEIRAS, L, 2021, p. 272). A Economia Circular, nesse sentido, busca produzir produtos e materiais que tenham para além de sua função essencial, a possibilidade de serem desmembrados para que suas partes possam ser utilizadas na produção de novos produtos (BUGAIAN; DIACONU, 2020), até que a matéria chegue ao esgotamento e não possa passar pelo processo novamente, como é possível ser observado na Figura 4 abaixo. Tal ideia permite, assim, a diminuição da extração exacerbada de matéria prima, a redução de emissão de gás carbônico e a preservação da Natureza.

Figura 4: Modelo da Economia Circular



Fonte: Serviço de Estudo do Parlamento Europeu (EPRS)

Esta forma de economia permite enxergar a função do ser humano para além do consumo e do lucro, visto no Capitaloceno, o realocando como uma das partes que habitam e impactam o Planeta Terra. Fazendo um paralelo com a Teoria de Gaia, a circularidade do modelo apresentado respeita o equilíbrio natural de Gaia que deve ser mantido para a sobrevivência do Homem e de todas as espécies que a compõem. Assim, o conceito permite a abertura para debates econômicos e sociais em torno do contrato natural e na alteração da forma de entender a relação entre Humano e não Humano.

A aplicabilidade de práticas sustentáveis ainda é baixa, principalmente por conta dos investidores, por se acreditar que o sistema econômico linear vigente é ainda o mais eficiente e lucrativo. No entanto, a Economia Regenerativa e as práticas de sustentabilidade precisam de inovações e transformações de extrema complexidade para seu funcionamento, já que envolvem “mudanças sistêmicas e processos de inovação em tecnologia, organizações, sociedade, novos métodos de financiamento e novas políticas” (BUGAIAN.; DIACONU, 2020, p.12), movendo diversos aspectos econômicos e sociais durante sua implementação, gerando trabalho (MACHADO, A; RICHTER, M; FIGUEIRAS, L, 2021) e trazendo

produtos mais sofisticados e visados aos olhos do mercado. Outro fator importante a ser considerado é o reputacional, ou seja, como as organizações passam a ser vistas pelos consumidores e *stakeholders*, que, cada vez mais, buscam por políticas mais sustentáveis no momento do consumo.

Portanto, faz-se necessário, então, entender a sustentabilidade e a implementação de práticas sustentáveis como parte estratégica da organização em todos os seus setores, desde a produção até a comunicação. Além de enxergar a produção e os recursos planetários como finitos e instaurar meios de produção mais sustentáveis, como o circular, para que o mercado se torne mais sofisticado, diminuindo o desperdício de recursos e a emissão de gases pela extração de matéria prima, além de aumentar os trabalhos, a competitividade entre as organizações e o lucro.

A imagem e a reputação da organização tem papel fundamental na construção de um novo conceito economicamente sustentável, voltado para as novas formas de relações entre Humano e não Humano - já apresentadas neste texto -, pois as redes sociais permitiram o surgimento de um novo ambiente de discussão e reivindicação que agrega os rios, os oceanos, o clima, o ser humano e todos os seres que compõem o Globo. Assim, a visão interconectada dos conceitos de Gaia e do Contrato natural se mostram aplicáveis na sociedade, a partir da Economia Circular, que enxerga o Planeta Terra como uma figura única e finita, e que tem como objetivo maior o equilíbrio de todas as partes que compõem o Planeta.

CONCLUSÃO

O estudo apresentado buscou abordar a evolução do pensamento humano sobre a Natureza, desde os filósofos pré-socráticos até os dias atuais, fazendo um paralelo com a evolução e desenvolvimento do Homem e o surgimento do Antropoceno e Capitaloceno. O texto abordou também diversos estudos e teorias do mundo contemporâneo, como o conceito de "Gaia" e o "contrato natural", que tinham como objetivo primário a revolução cultural e econômica da atualidade em prol da preservação do meio ambiente, entendendo o ser humano como parte integrante de um todo maior, composto por todas as partes do ecossistema terrestre.

A relação entre o ser humano e todas as partes de Gaia, encontra-se em uma situação crítica, pela evolução acelerada do Homem, por conta disso, se faz necessário buscar novos meios de economia e sociedade mais sustentáveis para a sobrevivência do Planeta Terra. Uma cultura sustentável e interconectada se mostra como a única forma de manutenção do

equilíbrio terrestre e da sobrevivência da espécie humana e de Gaia como um todo. Conferências ambientais e objetivos para a revolução climática, apresentados neste texto, são peças fundamentais para o avanço do debate de um novo contrato social, ou natural como apontado por Serres (1990). No entanto, ainda existem grandes barreiras para a implementação de tais políticas e ideais, já que a revolução cultural afetaria o modo de operação da maioria das organizações atualmente.

Os novos meios de comunicação, a partir da *internet*, permitiram o surgimento de novos ambientes de debates e informacionais, os quais criam uma rede de conexão de todas as partes presentes de Gaia. Diante disso, reivindicações e o desenvolvimento de conscientização coletiva em torno da situação crítica que o Planeta se encontra, passam a surgir e demandar mudanças das organizações, implicando na imagem e reputação de cada uma delas. Assim, se faz necessário o surgimento de novas formas de economia e produção que, de maneira interligada como a Natureza, buscam ser mais sustentáveis e preservar o meio ambiente.

A Economia Regenerativa, ou Circular, permite a continuidade de uma economia de bens, voltada para o lucro, de maneira a reduzir desperdícios e emissão de gases em excesso, por meio da reciclagem de materiais. A não linearidade dessa economia envolve diversos componentes da sociedade, tanto culturais como econômicos, o que gera a necessidade do desenvolvimento de tecnologias mais sofisticadas e produtos de maior valor agregado e qualidade para que seja funcional; aumentando o lucro das organizações. Portanto, na tentativa de reverter os impactos do ser humano, visando a sobrevivência do Planeta, de maneira a não romper com o sistema capitalista; a Economia Circular permite restaurar o equilíbrio das relações entre o Humano e não Humano, de modo a enxergar o ser humano, não como dono do mundo e todas as coisas, mas como integrante das partes de Gaia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, E. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global . **REVIBEC - Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 1–17, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/356>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BOULDING, K. E. *The Economics of the Coming Spaceship Earth*. **RFF Press**, 2013. p. 3–14, 8 mar. 1966.

BUGAIAN, L.; DIACONU, C. CIRCULAR ECONOMY: CONCEPTS AND PRINCIPLES. **Journal of Social Sciences**, v. 3, n. 2, 1 jun. 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3871301. Acesso em: 30 mai. 2024.

DELANTY, G. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/b7GhQnpBnYQLvvvSz3pfCym/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 30 mai. 2024.

DE PAULA, Sara Aparecida; DE MELLO, Leonardo Freire. As mudanças ambientais e suas dimensões no Antropoceno e no Capitaloceno. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 21, 2018, Poços de Caldas, **Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Poços de Caldas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2018.

DI FELICE, M. **A cidadania digital**: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2021.

EILEEN, Crist. A pobreza da nossa nomenclatura. *in*: MOORE, Jason. **Antropoceno ou Capitaloceno?**: Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

ELY, Lara Corrêa. O discurso da sustentabilidade nas redes sociais. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 88–102, 2012. DOI: 10.12957/intratextos.2012.2095. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/2095>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ERIKSEN, M., LEBRETON, L.C.M., CARSON, H.S., THIEL, M., MOORE, C.J., BORERRO, J.C., GALGANI, F., RYAN, P.G., REISSER, J., 2014. Plastic Pollution in the World's Oceans: More than 5 Trillion Plastic Pieces Weighing over 250,000 Tons Afloat at Sea. **PLoS One**, San Francisco, v.9, e. 111913, 2014. DOI:10.1371/ journal.pone.0111913. Acesso em: 30 mai. 2024.

FOLADORI, G. . O capitalismo e a crise ambiental. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, n. 19, p. 31–36, 1999. DOI: 10.37370/raizes.1999.v.150. Acesso em: 30 mai. 2024.

HART, S. Beyond greening: strategies for a sustainable world. **Harvard Business Review**, Brighton, v. 75, p. 66-76, 1997. Disponível em: <https://hbr.org/1997/01/beyond-greening-strategies-for-a-sustainable-world>. Acesso em: 30 mai. 2024.

HOBSON, K.; LYNCH, N. Diversifying and de-growing the circular economy: Radical social transformation in a resource-scarce world. **Futures**, v. 82, p. 15–25, 1 set. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016328716300246>. Acesso em: 30 mai. 2024.

JUNGES, J. R.. (2021). O novo regime climático do Antropoceno e de Gaia. **Revista Bioética**, Brasília, 29(4), 734–742. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422021294507>. Acesso em: 30 mai. 2024.

KERLE, A.; STEWART, K. An Eco-wakening: Measuring global awareness, engagement and action for nature. **Economist Impact**, 29 set. 2021. Disponível em: https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/an_ecowakening_measuring_awareness_engagement_and_action_for_nature_final_may_2021__.pdf. Acesso em: 30 mai. 2024.

LATOUR, B. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno**. Ubu Editora: Rio de Janeiro, 2020.

LATOUR, B. (2018). Qual cosmos, quais cosmopolíticas? Comentário sobre as propostas de paz de Ulrich Beck. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 69, 427-441. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145662>. Acesso em: 30 mai. 2024.

LIMA, Mércia Manuela de. O contrato natural em Michel Serres: possibilidades e limites. Recife, 2012. 111 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. **CFCH**. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10672>. Acesso em: 30 mai. 2024.

LOVELOCK, J. **Gaia - Um Novo Olhar sobre a Vida na Terra**. Edições 7:.. Brasil, 2020.

MACHADO, A; RICHTER, M; FIGUEIRAS, L. Sustentabilidade e Economia Circular: implicações para retomada verde. **Revista Panorâmica**, Pontal do Araguaia, v. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1424>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MOORE, Jason. **Antropoceno ou Capitaloceno?: Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

NIDUMOLU, R.; PRAHALAD, C. K.; RANGASWAMI, M. R. Why Sustainability Is Now the Key Driver of Innovation. **Harvard Business Review**, Brighton, 2009. Disponível em: <https://hbr.org/2009/09/why-sustainability-is-now-the-key-driver-of-innovation>. Acesso em: 30 mai. 2024.

OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**,

Goiânia, Brasil, v. 2, n. 2, p. 111–129, 2016. DOI: 10.18224/baru.v2i2.5266. Acesso em: 30 mai. 2024.

PARLAMENTO EUROPEU. Economia circular: definição, importância e benefícios. Temas. Acesso Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20151201STO05603/economia-circular-definicao-importancia-e-beneficios>. Acesso em 15 mai. 2024.

POLITO, Antony Marco Mota; SILVA FILHO, Olavo Leopoldino da. A filosofia da natureza dos Pré-Socráticos. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 323–361, 2013. DOI: 10.5007/2175-7941.2013v30n2p323. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2013v30n2p323>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ROSSINI, Valéria; NASPOLINI, S. H. D. F. Obsolescência programada e meio ambiente: a geração de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos. **Revista de direito e sustentabilidade**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 51-71, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2044>. Acesso em: 30 mai. 2024.

RUSSEL, Peter. **The evolution of consciousness**. New World Library: Navota, 2006.

SERRES, M. **O contrato natural**. Instituto Piaget: Portugal, 1990.

STEFFEN, W.; Broadgate, W.; Deutsch, L.; Gaffney, O.; & Ludwig, C. (2015). The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, v. 2, n. 1, p. 81-98. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053019614564785>. Acesso em: 30 mai. 2024.

STRYDOM, P. The sociocultural self-creation of a natural category: social-theoretical reflections on human agency under the temporal conditions of the Anthropocene. **European Journal of Social Theory**, v. 20, n. 1, p. 61-79, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431016643330>. Acesso em: 30 mai. 2024.

VANCE, P; ANGELO, C. Reputação corporativa: uma revisão teórica. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 93-108, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001668820>. Acesso em: 30 mai. 2024.

VOLTOLINI, R. Impactos da (in)sustentabilidade na reputação das empresas. **Ideia Sustentável**, 2018. Disponível em: <https://ideiasustentavel.com.br/impactos-da-insustentabilidade-na-reputacao-das-empresas/> Acesso em: 23 abr.2024.

ZALASIEWICZ, J.; WILLIAMS, M.; HAYWOOD, A.; ELLIS, M. The Anthropocene: a new epoch of geological time? **Philosophical Transactions of the Royal Society**, v. 369, p. 835-841, 2011. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rsta.2010.0339>. Acesso em: 23 abr.2024.